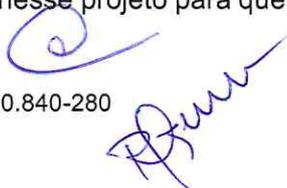


ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO PARA CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA EFICIENTIZAÇÃO, IMPLANTAÇÃO, GESTÃO, OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO DE ENERGIA DISTRIBUÍDA PARA DEMANDA ENERGÉTICA DAS UNIDADES CONSUMIDORAS VINCULADAS À SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE – SMS DO MUNICÍPIO DE FORTALEZA/CE E AO INSTITUTO DR. JOSÉ FROTA – IJF

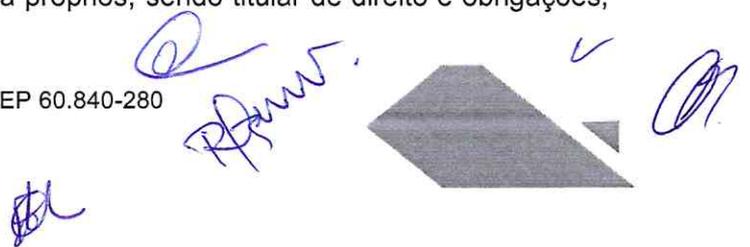
Aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove, às dezenove horas, no auditório do Paço Municipal de Fortaleza, localizado à Rua São José, nº 01, Centro realizou-se a abertura da audiência pública referente ao processo de licitação para concessão administrativa para eficientização, implantação, gestão, operação e manutenção de geração de energia distribuída para demanda energética das unidades consumidoras vinculadas à Secretaria Municipal da Saúde – SMS do município de Fortaleza/CE e ao Instituto Dr. José Frota – IJF, cujo aviso de convocação foi publicado no Diário Oficial do Município – DOM de Fortaleza nº 16.598, do dia 30 de setembro de 2019, bem como no endereço eletrônico <https://desenvolvimentoeconomico.fortaleza.ce.gov.br/pppfor/consultas-e-audiencias.html>, em obediência ao previsto no artigo 39, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. Compôs a mesa dos trabalhos Rodrigo Nogueira Diogo de Siqueira, Coordenador da Coordenadoria de Fomento à Parceria Público-Privada – PPPFor, Joana Angélica Paiva Maciel, Secretária da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, Fernanda Gabriela Castelar Pinheiro Maia, Secretária Executiva da Secretaria Municipal da Saúde – SMS, Riane Maria Barbosa de Azevedo, Superintendente do Instituto Dr. José Frota – IJF, e Alfredo Nelson Mendes Serejo, Coordenador da Coordenadoria Especial de Iluminação Pública. Iniciando os trabalhos, Coordenador Rodrigo Nogueira comunicou que estava aberta a audiência pública e já deu início à apresentação do projeto, conforme previsto no cronograma da audiência. Informou que a consulta pública teve início em trinta de setembro de dois mil e dezenove, encerrando-se em vinte e nove de outubro de 2019. Ato contínuo, explicou que o projeto objeto da audiência pública teve seu início com o Procedimento de Manifestação de Interesse, cujas fases foram a publicação do edital em 03 de dezembro de 2018, a abertura da licitação em 27 de dezembro de 2018, a autorização dos interessados em 16 de janeiro de 2019, a entrega dos estudos em 14 de outubro de 2019, o que culminou hoje com a audiência pública. Ademais, com o Procedimento de Manifestação de Interesse, foram desenvolvidas, recebidas e analisadas três modelagens: técnica, econômico-financeira e jurídica, as quais juntas formam a Parceria Público-Privada da Energia. Expôs que as diretrizes que nortearam o projetos foram: estudo e análise das condições atuais das unidades; redução de custos com energia elétrica; soluções sustentáveis como fontes de energia; necessidade de atualizar e substituir os equipamentos; uniformidade da iluminação; eficiência na prestação do serviço; redução de tempo e custo na resolução dos problemas; automação no serviço prestado; e transferência na informação e na gestão. Em seguida, apresentou o *Value for Money*, embasado em quatro grandes premissas: eficácia, eficiência, efetividade e sustentabilidade, as quais desembocam em grandes vantagens da



contratação por meio de uma parceria público-privada nesse caso em comento. São elas: maior controle sobre o serviço prestado, desoneração do Poder Público, gestão de infraestrutura de longo prazo e transferência do risco para o privado. Continuou reforçando que os principais objetivos com essa parceria seriam a redução do consumo de energia com a eficiência energética; o uso de energia limpa, contribuindo para a preservação do meio ambiente; a sustentabilidade; além da redução de custo com energia elétrica. Em seguida, ressaltou que serviços a serem prestados pelo ente privado que estão inclusos no escopo da parceria se apoiam em três grandes pilares, quais sejam: um, eficiência energética; dois, implantação de geração distribuída; três, gestão, operação e manutenção de equipamentos. De forma detalhada, explanou sobre cada um desses pilares de serviços, iniciando pela eficiência energética, que ficou subdividida em serviços de iluminação, de climatização e interoperacional. Para os serviços de iluminação, destacou o Coordenador Rodrigo Nogueira que haveria a substituição de 100% (cem por cento) das lâmpadas convencionais (fluorescentes e incandescentes) por tecnologia LED, com previsão de dois ciclos de substituição de luminárias, o primeiro ocorrendo entre o mês 6 (seis) e 18 (dezoito) depois da assinatura do contrato e o segundo entre o mês 121 (cento e vinte um) e 132 (cento e trinta e dois) depois da assinatura do contrato. Já nos serviços de climatização, a substituição é de 22,41% (vinte e dois inteiros e quarenta e um centésimos por cento) dos ares-condicionados, submetendo os demais equipamentos à manutenção crítica. Há previsão de dois ciclos de substituição de ares-condicionados, o primeiro ocorrendo entre o mês 6 (seis) e 18 (dezoito) depois da assinatura do contrato e o segundo entre o mês 121 (cento e vinte um) e 132 (cento e trinta e dois) depois da assinatura do contrato. Ressaltou o Coordenador de Fomento à Parceria Público-Privada que a definição final da substituição dos equipamentos de climatização será feita por Comissão Mista, composta por Poder Concedente e Concessionária. Por fim, os serviços interoperacionais albergariam instalação de *set-up* nos ares-condicionados e treinamento em eficiência energética. Apresentou ainda o quantitativo de unidades a serem beneficiadas com a eficiência energética, sendo 120 (cento e vinte) postos de saúde, 3 (três) Unidades de Pronto Atendimento – UPAs, 15 (quinze) Centros de Atenção Psicossocial – CAPS, 15 (quinze) unidades administrativas, 9 (nove) hospitais secundários, 11 (onze) unidades de atendimento diversas e o Instituto Dr. José Frota – IJF. Continuando a exposição do segundo pilar dos serviços a serem prestados pelo ente privado, trouxe a implantação de geração distribuída, explicando que a Potência do Sistema Fotovoltaico é definida pela demanda energética, condicionantes tecnológicas, condicionantes construtivas, condicionantes legais e condicionantes geoclimáticas. Ademais, apresentou o consumo atual da Secretaria Municipal da Saúde – SMS e do Instituto Dr. José Frota – IJF e a futura demanda energética, demonstrando que esta representa o consumo no horário fora de ponta com o consumo no horário de ponta, aplicado o fator de ajuste, subtraída a eficiência energética. Frisou o Coordenador Rodrigo Nogueira que são necessárias 122 (cento e vinte e duas) unidades geradoras para atender à demanda energética da Secretaria Municipal da Saúde – SMS e 59 unidades para a demanda do Instituto Dr. José Frota – IJF. Ressaltou, ainda, o cuidado que foi dado nesse projeto para que a estimativa de custo



total com reforma de coberta fosse a mais real possível, haja vista ser um valor representativo. Seguiu a exposição, apresentando, como estimativa de investimentos privados para a Secretaria Municipal da Saúde – SMS, o *capex* de R\$66.784.115,00 (sessenta e seis milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e quinze reais) e o *opex* de R\$1.828.919,00 (um milhão, oitocentos e vinte e oito mil e novecentos e dezenove reais). Apresentou em seguida a estimativa de investimentos privados para o Instituto Dr. José Frota – IJF, o *capex* de R\$35.184.331,00 (trinta e cinco milhões, cento e oitenta e quatro mil, trezentos e trinta e um reais) e o *opex* de R\$1.149.128,00 (um milhão, cento e quarenta e nove mil, cento e vinte e oito reais). Em sequência, continuou o Coordenador de Fomento à Parceria Público-Privada, apresentando os indicadores econômicos do projeto para a Secretaria Municipal da Saúde – SMS, sendo 9,65% (nove inteiros e sessenta e cinco centésimos por cento) a Taxa Interna de Retorno – TIR Real, 8,20% (oito inteiros e vinte centésimos por cento) o WACC Real, ou seja, o Custo Médio Ponderado de Capital, e 11,1 (onze inteiros e um décimo) anos o *payback*. Seguiu apresentando os indicadores econômicos do projeto para o Instituto Dr. José Frota – IJF, sendo 7,42% (sete inteiros e quarenta e dois centésimos por cento) a Taxa Interna de Retorno – TIR Real, 7,31% (sete inteiros e trinta e um centésimos por cento) o WACC Real, ou seja, o Custo Médio Ponderado de Capital, e 11,4 (onze inteiros e quatro décimos) anos o *payback*. Por último, expôs o terceiro pilar dos serviços a serem prestados pelo ente privado, ou seja, gestão, operação e manutenção de equipamentos, os quais seguirão avaliados através de fatores críticos definidos para atendimento em horas, a depender da unidade e do problema a ser solucionado. O Coordenador Rodrigo Nogueira explicou como seria calculada, apresentando as fórmulas, a contraprestação pública mensal, com a aplicação do Índice de Desempenho – FS, formado por cinco índices que se referem a geração e eficiência; manutenção preventiva; ocorrência de falhas; manutenção corretiva; e monitoramento e relatórios. Em sequência, ressaltando a importância da estrutura de garantias, fez breve síntese de como esta funcionaria, através de um Contrato Tripartite, com saldo mínimo de liquidez, gerido por uma Instituição Financeira, figurando nos polos o Poder Concedente e a Concessionária, decorrente do Contrato de Parceria Público-Privado. Prosseguiu listando os recursos que podem ser depositados na Conta Garantia: dividendos das Ações da CAGECE, vinculação de receita da municipalidade e alienação de bens. Ressaltou, ainda, a importância da Matriz de Riscos, sendo vislumbrados e categorizados em quatro linhas mestras, quais sejam, riscos de projeto, riscos de implantação, operação e manutenção do projeto, riscos da atividade empresarial e riscos legais e/ou regulatórios. Reforçou que, apesar de haver previsão dos riscos no contrato e assumidos pelas partes, conforme alocação destes estabelecida na matriz anexa à Minuta de Contrato, em caso de desequilíbrio econômico-financeiro, o seu retorno ao equilíbrio será garantido por meio de mecanismos de recomposição expressos na Minuta de Contrato. Ainda na sequência da apresentação do projeto, deixou claro que, ao final do contrato de concessão, haverá reversibilidade dos bens, como bem determina a legislação em vigor. Em relação ao procedimento licitatório, esclareceu que, como o Instituto Dr. José Frota – IJF é uma autarquia e apresenta patrimônio e receita próprios, sendo titular de direito e obrigações,

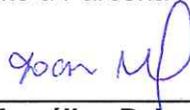


houve a necessidade de serem estruturados dois editais de licitação em apartado. Ademais, com vistas a viabilizar a utilização do mesmo estudo de Procedimento de Manifestação de Interesse – PMI, o compartilhamento de garantias oferecidas pelo município e a utilização de superfícies ociosas de prédios municipais, torna-se fundamental a celebração de convênio entre a Administração Pública e o Instituto Dr. José Frota – IJF. Ainda sobre o procedimento licitatório, trouxe um quadro-resumo dos dois editais, no qual a modalidade de licitação era a concorrência, com modalidade de contratação por meio de concessão administrativa, critério de julgamento baseado no menor valor da contraprestação pública e prazo de contrato de 20 (vinte) anos. Trouxe, ainda, como resultados e benefícios esperados, gerenciamento e gestão do consumo de energia, aumento na eficiência e diminuição do consumo, automação e manutenção de ar-condicionados, economia para os cofres públicos e transferência de custos com manutenção de cobertas. Por fim, mostrou o cronograma previsto para as etapas posteriores à audiência e consulta públicas, com publicação de licitação em janeiro do ano vindouro e assinatura do contrato em abril de 2020. Não poderia deixar de informar o Coordenador de Fomento à Parceria Público-Privada as diversas formas de contato, através das quais qualquer pessoa, física ou jurídica, pode suscitar contribuições, questionamentos, dúvidas e sugestões. Agradeceu e passou à palavra à Secretária Joana Maciel, que parabenizou por ter capitaneado o trabalho inovador feito por várias mãos e mentes, com otimização de custos e geração de energia sustentável, beneficiando a população de Fortaleza. Ressaltou a importância da transparência do processo para obtenção de um contrato exitoso ao final da concorrência tanto para o setor público como para o privado. Posteriormente, a palavra foi dada à Secretária Executiva Fernanda Gabriela, que também agradeceu a todos os agentes envolvidos no projeto. Enfatizou a relevância para o âmbito da saúde, tanto em relação à sustentabilidade como em relação à eficiência e às manutenções previstas. Considerou que será, sem dúvida, um grande legado deixado para a população de Fortaleza. Quando dada a palavra à Superintendente Riane Azevedo, enfatizou que o projeto é de extrema importância, consolidando todas as questões da energia renovável. Concluiu agradecendo aos envolvidos pelo projeto desenvolvido. Em seguida, dada a palavra ao Coordenador Alfredo Serejo, ressaltou que é fundamental pensar nesses projetos inovadores para que eles saiam do papel, especialmente na área em que atua, no setor de iluminação pública, fazendo a articulação com todos os envolvidos. Abordou o Fortaleza 2040, pensando em estratégias para o futuro, sendo a energia sustentável uma delas. Expôs que o projeto apresentado está servindo de inspiração tanto para o Governo do Estado, como para outros entes federados. Voltando a palavra ao Coordenador Rodrigo Nogueira, este ratificou que vários órgãos tem manifestado interesse em implementar projeto semelhante ao exposto, além de servir de indução para a iniciativa privada, por propagar a ideia do projeto. Após as exposições, foi aberta a possibilidade de manifestação oral dos presentes, mas se quedaram silentes. Foi, por oportuno, repisada, pelo Coordenador Rodrigo Nogueira, a possibilidade de enviar as contribuições, questionamento, dúvidas e sugestões para o endereço eletrônico ueppp@fortaleza.ce.gov.br, até o dia vinte e nove de outubro de dois mil e dezenove, data

em que se encerra o prazo da consulta pública. Ao final, o Coordenador Rodrigo Nogueira, agradeceu o trabalho de todos que participaram do projeto, assim como a atenção de todos que se fizeram presentes. A Audiência Pública foi encerrada às vinte horas. Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente ata, por mim, Sávia Erma Maia de Sousa, que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada pelos membros da mesa, aos quatorze dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezenove.



Rodrigo Nogueira Diogo de Siqueira
Coordenadoria de Fomento à Parceria Público-Privada – PPPFor



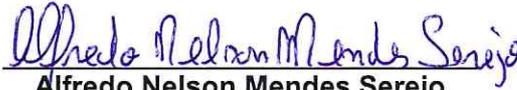
Joana Angélica Paiva Maciel
Secretaria Municipal da Saúde – SMS



Fernanda Gabriela Castelar Pinheiro Maia
Secretaria Municipal da Saúde – SMS



Riane Maria Barbosa de Azevedo
Instituto Dr. José Frota – IJF



Alfredo Nelson Mendes Serejo
Coordenadoria Especial de Iluminação Pública